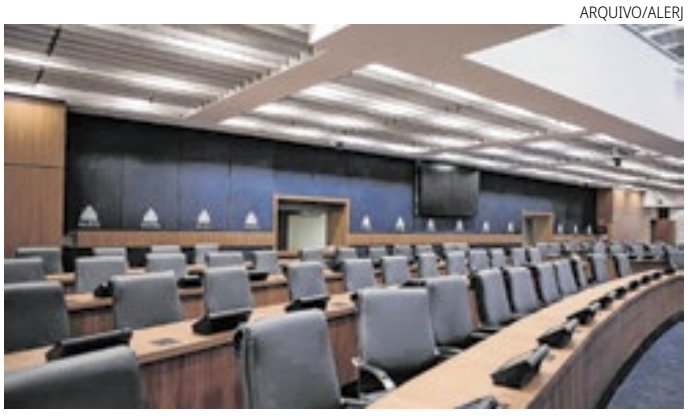
CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

ARQUIVO/ALERJ



Após feriado, Alerj discutirá orçamento estadual de 2027

Alerj começa a discutir orçamento do Estado para o próximo ano

A Alerj inicia nesta terça-feira (3) a discussão do orçamento estadual para 2027, que prevê um déficit de R$ 13,98 bilhões. A proposta do Executivo estima receitas líquidas de R$ 124,39 bilhões e despesas de R$ 138,37 bilhões. O projeto será debatido em plenário nos próximos dois dias, juntamente com a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027. Depois, os deputados terão entre 5 e 11 de novembro para apresentar emendas. Na justificativa encaminhada ao Legislativo, o governador em exercício, Ricardo Couto, atribuiu a manutenção do déficit à queda real na arrecadação de royalties e participações especiais e ao aumento de R$ 9,64 bilhões nas despesas com pessoal. Nesse cálculo, estão incluídas duas parcelas de reajuste salarial de 5,62% para os servidores estaduais, previstas na Lei 9.436/21.

Lei Seca poderá usar 'salivômetro'

As blitzes da Lei Seca no Estado do Rio poderão contar com o drogômetro, também chamado de salivômetro, aparelho que identifica o consumo de drogas por meio de uma amostra de saliva. A proposta, de autoria do deputado Rodrigo Amorim (PL), será analisada pela Alerj em primeira discussão. O objetivo é verificar se motoristas dirigem sob efeito de substâncias psicoativas ou outras drogas ilícitas. Caso receba emendas parlamentares, o texto sairá de pauta.

DIVULGAÇÃO/GOV RJ



Ideia é reforçar o trabalho da Lei Seca no Estado do Rio

Alerj discute assistência às famílias durante luto

O Dia de Finados, celebrado nesta segunda-feira (2), chama a atenção para os direitos das famílias fluminenses em situações de luto. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) reúne leis e propostas que buscam garantir assistência aos cidadãos diante da perda de um familiar, incluindo medidas para reduzir os impactos burocráticos e financeiros nesse momento. Desde 1992, no Estado do Rio, a Lei 2.015 autoriza o Poder Executivo a instituir um serviço funerário gratuito.

Conjunto de iniciativas

A norma integra o conjunto de iniciativas que são voltadas para a assistência de pessoas sem condições financeiras de custear os procedimentos relacionados ao falecimento. O tema também motivou a apresentação do Projeto de Lei 6.008/22, de autoria da ex-deputada Alana Passos, na Alerj, que propõe ampliar a assistência funerária gratuita para contemplar a cremação.

Perda no Judiciário

O desembargador Antônio Carlos Amorim morreu neste domingo (1º), aos 97 anos. A informação foi divulgada pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj). Amorim presidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) no biênio 1993-1994 e o Tribunal Regional Eleitoral entre 1995 e 1997.

Condolências

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1954, Carlos Amorim também exerceu a advocacia e atuou como jornalista no jornal Tribuna da Imprensa. Em nota, a Amaerj expressou condolências aos familiares e amigos do desembargador do Estado do Rio.

Eleição no MPRJ

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) recomendou a realização de uma nova eleição para os cargos de presidente e vice-presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ). A medida busca garantir transparência e igualdade de condições entre os candidatos no processo de escolha da direção do órgão.

Divergências

A recomendação foi expedida pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital. Segundo o Ministério Público, conselheiros relataram divergências sobre a divulgação antecipada das pautas das reuniões, a escolha da Comissão Eleitoral e o tempo concedido aos candidatos para apresentar suas propostas.

Novo portal

Aliás, está no ar o novo portal do Ministério Público Federal. Lançada neste sábado (31), a nova plataforma acompanha o avanço da tecnologia e busca garantir mais segurança e facilidade de acesso dos cidadãos aos serviços da instituição. Com isso, o MPF busca facilitar o caminho de quem chega ao site em busca de uma informação.

Mais obras

Dando continuidade à programação de celebração dos 194 anos de Barra Mansa-RJ, o prefeito Luiz Furlani assinou, nesta sexta-feira, dia 30, duas novas ordens de serviço para o início de obras no município. Os anúncios contemplam a construção de uma nova creche no bairro Colônia e a implantação de um reservatório de água.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Lula tentará conter hostilidade do Congresso na sua nova composição

Novo desenho da Esplanada visará estabilidade

Para analista, 'governo não busca revolução, mas ajuste fino'

Por **Gabriela Gallo**

A partir de 5 de janeiro de 2027, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumirá seu quarto mandato como presidente da República. E antes de subir a rampa do Palácio do Planalto novamente, ele já se articula com aliados para definir quem comandará seus ministérios.

A expectativa é que ele anuncie seus ministros na segunda quinzena de novembro ou no começo de dezembro. Ainda não há certeza do número exato de ministérios definidos, mas há chances do Ministério da Justiça e Segurança Publica ser separado em duas pastas.

Na avaliação do especialista em relações governamentais e professor do Ibmec Brasília Eduardo Galvão, "a tendência para o novo ciclo é de uma recomposição calculada, onde a prioridade do Palácio do Planalto será preservar a estabilidade da política econômica e a diplomacia".

"O governo não busca uma revolução na Esplanada, mas um ajuste fino de engrenagens: mantém-se a âncora técnica onde há estabilidade e oxigena-se a articulação política onde o Congresso cobra eficiência", destacou o professor em entrevista ao Correio da Manhã.

Diante disso, ele avalia que nomes como Dario Durigan (Ministério da Fazenda) e Mauro Vieira (Relações Exteriores) devem permanecer em suas pastas "para emitir sinais claros de previsibilidade". Além disso, também acredita que o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), deve retornar o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), embora haja também especulações de que o vice-presidente possa ir para Segurança Pública.

Porém, o professor de Políticas Públicas do Ibmec Brasília Arthur Wittenberg avalia que o Ministério da Fazenda deve passar por mudanças e citou como alternativa o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), nome que tem simpatia do mercado financeiro por seu perfil pragmático e experiência fiscal prática.

Um dos principais desafios para o governo federal será a nova composição do Congresso Nacional, majoritariamente de direita. Na avaliação de Eduardo Galvão, o cenário do Poder Legislativo exige um movimento mais incisivo de rearranjo no "núcleo político, Casa Civil e Secretaria de Relações Institucionais".